



Anais da Assembléia

N.º 116

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 23 DE SETEMBRO DE 1976.

ANO II

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 176.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 1976.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Ivo Thomazoni.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Waldenício Barbalho, Valter Pietrângelo, Nilso Sguarezi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (39); achando-se ausentes os Senhores Deputados Alfredo Gulin, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Gilberto Carvalho, Jurandir Messias, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli e Trajano Bastos (15).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 39 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 143/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 272/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de JARDIM OLINDA, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam a DELEGACIA DE POLÍCIA E CADEIA do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a sessão.

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 177.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 1976.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Lúcio Machado, secretariada pelos Senhores Deputados Otássio Pereira e Luiz Carlos Zuk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes

Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Waldenício Barbalho, Valter Pietrângelo, Nilso Sguarezi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (39); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Gilberto Carvalho, Jurandir Messias, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli e Trajano Bastos (15).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Lúcio Machado) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata desta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Pastor Nemésio Xavier França, ocorrido ontem, nesta Capital.

O infausto acontecimento veio enlutar a sociedade curitibana, especialmente a Igreja do Evangelho Quadrangular-Cruzada Nacional de Evangelização, à qual era vinculado.

Requer, ainda, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa, à família França e a Igreja do Evangelho Quadrangular.

Sala das Sessões, em 23 de Setembro de 1.976.

(a) Ezequias Losso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer após a aprovação do Plenário, a inserção nos Anais da Casa, de voto de louvor ao Doutor Laerte Justino de Oliveira, médico efetivo do IPE, pela conquista do "Prêmio Nacional de Ginecologia".

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1.976.

(a) Valter Pietrângelo.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de conquista inédita, alcançada pelo eminente médico Laerte Justino de Oliveira. O conclave foi realizado no período de 21 a 26 de agosto do corrente ano, na cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Foi a XXII JORNADA BRASILEIRA DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA.

O trabalho assinado por Justino de Oliveira versou sobre

"CONSUMO DE OXIGÊNIO PELAS MITOCONDRIA DE CÉLULAS DE TECIDO NIAMÁRIO", concorrendo com mais 25 trabalhos de todo o País.

A comissão julgadora foi presidida pelo Professor Dr. Domingos Ferreira Machado, presidente da Federação Brasileira de Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia; pelo presidente da federal do Rio Grande do Sul, professor Dr. Pedro Luiz Costa e representantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Este trabalho foi elaborado no Laboratório de Pesquisa do Departamento de Tocoginecologia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, ocasião em que o Dr. Laerte concluiu o curso de pós-graduação nível Doutorado em Tocoginecologia.

Além de Doutor pela Universidade de São Paulo, o mesmo é Livre Docente em Clínica Obstetrícia pela Universidade Federal do Paraná (tese defendida em 15 de dezembro de 1974) e Livre Docente em Ginecologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (tese defendida em 11 de julho de 1975).

O doutor Laertes Justino de Oliveira é ginecologista e Obstetra do Instituto de Previdência do Estado do Paraná — IPE —, onde exerceu por várias vezes a Chefia do Serviço de Tocoginecologia do Departamento Médico.

Além de Professor Assistente dos Departamentos de Tocoginecologia das Universidades Federais e Católica do Paraná, exercendo ainda a função de Diretor Clínico do Hospital e Maternidade Victor do Amaral — Fundação Hospitalar do Paraná.—

Foi eleito presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia Capítulo de Curitiba para o biênio 76/77 e é vice-presidente da Sociedade de Obstetrícia e Ginecologia do Paraná — SOCIPA — gestão 1976.—

É portanto, a primeira vez que o Paraná é agraciado em conclave médico desta natureza.

O prêmio foi constituído de Diploma e da importância de vinte mil cruzeiros.—

São estas pois as razões que nos levam a solicitar o apoio dos nobres colegas para a aprovação da homenagem em tela.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Machado) — Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Dois magnos assuntos justificam a minha presença, na sessão de hoje, nesta tribuna.

Ambos, por uma necessária coincidência, se entrelaçam no tempo e no espaço. No tempo, porque historicamente estão ligados, de forma indissolúvel, às mesmas venturas e idênticas desventuras; e, no espaço, porque a dependência entre eles é tão significativa e inarredável, a ponto de à falta de um, inexistir lugar para o outro.

Refiro-me à justiça e ao advogado.

É que pretendo tratar, nesta tarde, da reforma da justiça e da reforma para o advogado.

A primeira, a reforma da justiça, diz respeito às alterações que se pretendem promover na Constituição Federal visando a modificar a estrutura do Poder Judiciário em diversos aspectos.

A segunda - a reforma para o advogado, que tem por escopo criar uma estrutura adequada para a Procuradoria Geral do Estado, em substituição a que atualmente, pode-se dizer, desvaloriza os advogados que a integram.

A correlação dos temas é evidente e não precisa de demonstração, bastando assinalar, à guisa de explicação, que seria um despropósito pretender fosse mantida a situação de

precaridade e inferioridade dos advogados do Estado, principalmente na pessoa do Presidente Ernesto Geisel, aspira para todos os cidadãos.

Com a devida vênia, quero discorrer sobre uma e outra matéria tendo em vista que assim, enfocando-as isoladamente, poderei melhor esmiuçar-lhes todas as questões, com a possibilidade de, através óticas distintas, navegar em indômitas águas sem alterar os cursos respectivos, de sorte a alcançar com naturalidade o exato ponto de encontro das duas, uma espécie de pororóca jurídica, devendo a expressão jurídica, no caso, ser entendida na sua mais ampla acepção.

No que concerne à reforma da Justiça, desejo esclarecer por amor à verdade, que me louvo em publicação do jornal, "O ESTADO DE SÃO PAULO", edição do último dia 21 do corrente, que traz a público a íntegra do anteprojeto contendo alterações no texto de alguns dispositivos da Constituição Federal, bem como propondo inovações à Carta Magna, encaminhado ao Ministro da Justiça pelo Procurador Geral da República, Henrique Fonseca de Araújo.

Quero começar pelas origens.

Porque a reforma judiciária?

Sempre se clamou no País a reforma da Justiça. É que esta lamentavelmente, sempre esteve aquém das necessidades e aspirações dos jurisdicionados.

Um clamor generalizado vem se manifestando, crescentemente, no correr do tempo.

É bem verdade que não faltaram, ao longo dos últimos cinquenta anos, alterações e reformas do aparelhamento judicial, na órbita federal, como na de cada Estado, e da legislação processual, unificada com o Código de Processo Civil de 1939.

Mas essas alterações, a rigor, foram, de modo geral, superficiais e incompletas.

Jamais produziram os resultados almejados.

Ao revés, a crise da Justiça ganhava intensidade e progressão.

A propósito, e ao formular o "Diagnóstico da Reforma Judiciária", a Comissão Especial do Supremo Tribunal Federal, na percepção de que a crise existente é antes da própria ordem jurídica, observa refletirem-se "no Poder Judiciário e contribuir para o desprestígio dele críticas dirigidas, na verdade, à ordem jurídica interna".

O problema não é peculiar ao nosso País, mas dir-se-ia universal, e foi observada na Itália, por Enrico Allorio, notando que ela é mais profundamente uma crise do direito.

Essa desconfiança no instrumento de trabalho dos juizes, que é o direito consubstanciado nas leis, decorre antes da ânsia de renovação desse direito, segundo as diretivas que se delineiam no momento político de nossa atual sociedade.

"É — diz o mestre italiano — sensação da insuficiência presente do Direito, em vista das novas e superiores exigências morais que se afirmam gradativamente na realidade".

De qualquer forma, a crise do Direito se exterioriza e tem transparência na medida em que a Justiça, pelos seus órgãos, está em descompasso com aquelas exigências; se avultam deficiências no Direito, mais a Justiça, que nele e por ele se concretiza, está à frente da crise.

Pode-se dizer, ainda que com sombras de exagero, que a falência do direito corresponde, necessariamente, a concordata da Justiça.

Como assinala ALCINO SALAZAR, "no último decênio, a partir de 1.964, verificou-se um contraste, que tem sido notado entre o admirável surto de desenvolvimento e de renovação que tem beneficiado o País nos mais importantes setores de suas atividades, tanto públicas como privadas, e a situação de marasmo, de inoperosidade, que continua sendo a do serviço da Justiça".

Alguns pretendem que a crise não é do Poder Judiciário nacional, mas apenas consoante o Ministro DJACI FALCÃO,

consiste no excessivo número de feitos submetidos ao julgamento de uma corte composta de onze juízes. Portanto, a crise que molesta o mais alto pretório é simplesmente de serviço, que poderia ser remediada com a exclusão dos feitos que não deveriam ser ali julgados.

Outros entendem que a crise que evidencia, e está enunciada, não é da instituição judiciária, como a Constituição a estabeleceu, mas do serviço, e por causas puramente exógenas, decorrentes do crescimento do País, do aumento de sua população e do incremento de suas condições de desenvolvimento econômico.

Teríamos, assim, duas crises distintas: a do Supremo Tribunal Federal e a da Justiça dos Estados. A primeira, originada do excesso de serviço; a segunda, decorrente da ineficiência do serviço.

Em relação à crise do Supremo, inconfundível com a que sucede na justiça dos Estados, sua redução seria possível com o reexame do elenco das questões que atualmente podem ser ali apresentadas, ordenando-o pela forma que a experiência indicar.

Para a crise que aflige a justiça nos Estados, de causa diversa, se impõe uma cura diversa. E essa cura deve ter como objetivo propiciar, principalmente na primeira instância, onde está o cerne da questão, condições para que a distribuição da justiça seja célere e efetiva, imediata e certa, a fim de reconquistar a confiança do homem no Direito e na Justiça.

Essas razões que, no meu modo de entender, desencadearam a reforma judiciária.

Mas, o anteprojeto elaborado na Procuradoria Geral da República albergou tais razões?

Em alguns aspectos pode-se afirmar que sim, em outros não.

O que é contristador, porém, diante dessa alternativa de acertos e desacertos, é que, de forma geral, a reforma sugerida decepçiona, porque, na verdade, não foi ao âmago do problema. Ao contrário, transita apenas na periferia, sendo certo que, nas raras incursões feitas ao fundo do problema, a proposta se mostra desastrosa e colide até, em alguns pontos, com a própria idéia motriz que ensejou a iniciativa da alteração da estrutura judiciária da Nação.

O anteprojeto prima, por excelência, em deixar vítimas em seu rastro reformador, como se os golpeados fossem os responsáveis pela crise judiciária. Assim, atingiu o juiz de Direito, matou o Tribunal de Alçada e substituiu o Tribunal do Júri. E, ainda, concebeu o Conselho Nacional da Magistratura, órgão que exercerá o controle centralizado dos poderes judiciários estaduais, pisando, com isso, no tubo de oxigênio da já débil Federação brasileira.

Devemos, por outro lado, reconhecer no Anteprojeto algumas medidas de grande alcance.

Podem ser apontadas, nesse sentido, entre outras, as seguintes medidas:

a) a possibilidade de serem criados órgãos colegiados, federais e estaduais, sem poder jurisdicional, para a decisão de questões fiscais, previdenciárias e administrativas, o que possibilitará o desafogamento da Justiça Federal;

b) a nova composição do Tribunal Federal de Recursos, que passará a contar com vinte e sete Ministros vitalícios, que permitirá a constituição de seis Turmas, que serão reunidas em dois grupos com competência especializada;

c) a oficialização das serventias do foro judicial e extrajudicial, mediante remuneração de seus titulares exclusivamente pelos órgãos públicos, ressalvada a situação dos atuais serventuários, vitalícios ou estáveis, que já muito tempo se propugna, pondo-se fim ao regime de retribuição através de custas e emolumentos, pela anomalia que enseja.

d) a devolução às Assembléias Legislativas da competência para legislar sobre a organização e divisão judiciárias — com isso, essa importante matéria voltará a ser objetivo de lei,

como deve ser, e não mais de simples resolução.

É de observar-se, todavia, que, em linhas gerais, a reforma preconizada altera tão só a estrutura judiciária de segunda instância, fato que permite concluir, sem medo de errar, que a crise da primeira instância, pela manutenção de sua arcaica forma, persistirá ainda. E teremos, então, uma situação "sui-gêneris": de um lado, estará emperrada a máquina judiciária que por primeiro é acionada — no caso a justiça de primeira instância; e, de outro, ter-se-á uma máquina recondicionada, mas que não poderá funcionar com toda a sua nova potencialidade porque receberá o mínimo de elementos, em virtude do congestionamento que antecede o recebimento destes.

Mas, a crise da Justiça frustra o jurisdicionado, fazendo-o desacreditar do próprio Direito, exatamente na primeira instância. É que aí se dá o seu primeiro momento de expectativa na eficácia da norma jurídica que lhe protege o direito postulado na lide. Se a decisão sobre tal direito fica sujeita a uma estrutura inoperante, lenta e demasiada formalista, a descrença, com justa razão, toma-lhe conta, até porque o próprio direito se transforma em ônus — material e pessoal — insuportável e irritante.

Certamente, o Ministro Armando Falcão se aperceberá dessa imperdoável omissão no anteprojeto, determinando um reestudo da matéria. E não só para que se encontre uma solução para a crise da justiça na primeira instância, mas, também, para reformular algumas questões já propostas e corrigir os diversos erros e defeitos existentes, como, por exemplo, a extinção do Tribunal de Alçada, a transformação do Tribunal do Júri em escabinado, a supressão do recurso ordinário das decisões do Superior Tribunal Militar para o Supremo Tribunal Federal, a malsinada tese do controle centralizado do poder judiciário estadual, o tratamento desprimoroso aos Juizes de Direito etc...

O outro assunto a merecer abordagem, hoje, tem uma conotação mais local, pois diz respeito aos advogados do Estado do Paraná.

A 13 de maio deste ano, os advogados integrantes da Procuradoria Geral do Estado encaminharam memorial ao Governador Jayme Canet, que trata, em seu contexto, de uma reivindicação da classe, com apoio na Constituição Estadual.

A data é significativa e não pode passar desapercibida, pois nesse dia se comemora, em toda a Nação, a libertação definitiva dos escravos, em outras palavras, o Brasil se rejubila de ser um País onde não há mais escravidão — "todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas..." — diz a Constituição vigente, no Capítulo dos Direitos e Garantias Individuais.

Antes de mais nada, "O que mais importa não é fazer iguais os desiguais, o que seria negar a própria igualdade, por não se ver onde ela existe. O que mais importa é vedar-se a desigualização dos iguais" — professa PONTES DE MIRANDA.

Todavia, essa lição do mais formidável jurista brasileiro, contida em comentário ao princípio da igualdade de todos perante a lei, caiu no vazio aqui no Paraná, em relação aos advogados da Procuradoria Geral do Estado.

É que, pelo Decreto número 1575, de 05 de fevereiro de 1976, o Governador do Estado entendeu de autorizar a concessão, a procuradores e advogados, em efetiva jornada de trabalho na Procuradoria Geral do Estado, que prestem serviços de representação judicial, de consultoria jurídica ou de assistência judiciária, a gratificação pelo exercício de encargos especiais, prevista no Art. 172, número VIII, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970.

À primeira vista, a medida governamental pode parecer salutar, na medida em que deixa transparecer o desejo do Governador de melhor recompensar os advogados do Estado, que tantos e relevantes serviços têm prestado ao seu não muito pródigo mandante.

Mas, assim não é.

Pois, no mesmo Decreto, no parágrafo 1º do Art. 3º, ficou estabelecido que a proposta da designação para a Procuradoria Geral do Estado não excederá de 60 (sessenta) procuradores e advogados. E, no parágrafo 2º do mesmo Artigo, autorizou-se ao Procurador Geral do Estado a designação de mais 28 advogados ou procuradores, para prestarem encargos especiais nas diversas Secretarias de Estado.

Da soma das duas parcelas, chega-se a um total de 88 bacharéis, entre advogados e procuradores.

Mas, ascendem a duzentos bacharéis vinculados à Procuradoria Geral do Estado.

Ora, para o advogado não se pode estabelecer diferença no que tange à atividade profissional. Esta é igual para todos — representar em juízo ou fora dele o seu constituinte, ou, a seu pedido, emitir parecer sobre qualquer matéria jurídica.

Que encargo especial, do ponto de vista profissional, pode ter um advogado que está, do ponto de vista funcional, na mesma situação de outro bacharel?

Honestamente, nenhum. Qualquer encargo profissional atribuído a um, pode perfeitamente ser desincumbido por outro, com identida proficiência. Afinal, o direito é igual e a variabilidade de situações fáticas são acomodadas às mesmas normas jurídicas.

Sem qualquer justificativa, destarte, o mencionado Decreto, que, ademais, burla e malfere o preceito contido no parágrafo 1º, do Art. 153, da Constituição Federal, que assegura a igualdade de todos perante a lei.

Melhor andaria o Governador do Estado se orientasse a sua preocupação no sentido de dar cumprimento ao disposto no Art. 26, parágrafo único, item 5, da Constituição Estadual, que estabelece que o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado deverá ser provido através de lei complementar, que até hoje não existe.

Torna-se, assim, mais angustiante, sobre ser incontestavelmente justo, o apelo contido no Memorial de 13 de maio, subscrita por advogados e procuradores, visando sensibilizar o Chefe do Poder Executivo para a normalização, através Lei Complementar, da situação funcional, estrutural e administrativa, da Procuradoria Geral do Estado.

É a seguinte a íntegra do Memorial: (Lê):

“Sr. Governador:

Os signatários, todos lotados na Procuradoria Geral do Estado, da Secretaria do Estado da Justiça, com todo o respeito, impetram vênias para dirigir a V. Exa. o presente Memorial, que trata, em seu contexto, de uma reivindicação da classe, com apoio na Constituição Estadual.

1 — A Procuradoria Geral do Estado, constituída de Advogados e Procuradores, é definida, na Constituição Estadual, em seu Artigo 59, como sendo “o órgão que o representa judicial e extrajudicialmente e exerce as funções de consultoria jurídica ao Executivo, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado, bem como assistência judiciária aos necessitados” (textuais). Nela, advogados e Procuradores, têm as mesmas atribuições e competência.

2 — Invocando, ainda, a Constituição Estadual, seu Artigo 26 parágrafo único, item 5, estabelece que o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado, deverá ser provido através de Lei Complementar, esta que, na hierarquia das Leis, é prioritária e dever do próprio Estado, porque se constitui em complementação da Lex Legu.

3 — Por outro lado, a Procuradoria Geral da Justiça, órgão vinculado ao Poder Executivo, também integrante da Secretaria de Estado da Justiça, tem seu Estatuto próprio preconizado no Artigo 26, parágrafo único, item 3, da Constituição Estadual, através de Lei Complementar.

4 — O Regulamento da Secretaria de Justiça, baixada pelo Decreto número 1533, de 23 de janeiro de 1976, ao estabelecer

sua estrutura organizacional básica, colocou no mesmo plano hierárquico, em Nível de Direção Superior, lado-a-lado, a Procuradoria Geral do Estado, a Procuradoria Geral da Justiça e a Procuradoria do Estado, junto ao Tribunal de Contas. E, ao prevenir a competência dos 3 órgãos, vale frisar, dimensionou a importância de cada um e de todos, dando-lhes igual estatura, no Concerto da Administração Pública. Mais ainda, o Artigo 50, do diploma aludido, recomenda a promulgação, por Lei Complementar, do Estatuto da Procuradoria Geral do Estado. É que se pretende, Exmo. Sr. Governador, através deste humilde instrumento, que não representa, de modo algum, reparo à administração de V. Exa. da qual, os subscritores fazem parte, atuando em todas as suas áreas e setores. Significa, isso sim, e se espera que assim seja entendido, a sugestão construtiva para a reestruturação legal, em obediência ao mandamento da Constituição, de órgão ao qual pertencem.

5 — O Projeto de Lei Complementar, que acompanha este apelo, é dirigido ao elevado espírito de Justiça e de sensibilidade humana de V. Exa. sobejamente demonstrados no trato com os mais sagrados interesses do Paraná, do seu laborioso povo e do próprio funcionalismo público. Encerra, sem sombra de dúvida, o condão de promover o reconhecimento do verdadeiro valor da Procuradoria Geral do Estado e oferecer aos seus integrantes, um tratamento condizente com o seu trabalho, essa gama extraordinária de serviços desde as defesas judiciais, o assessoramento e a Consultoria Judicial, a todos os órgãos estaduais, até a assistência judiciária, aos menos favorecidos. É o espírito desta despretenciosa mensagem, Exmo. Sr. Governador.

6 — Desde que aprovado o projeto e transformado em Mensagem Governamental, “datíssima vênias máxima”, Vossa Excelência terá atendido ao mandamento constitucional, dando estrutura à Procuradoria Geral do Estado e, por extensão, aos seus membros, tratamento igual e justo, na mesma hierarquia dos integrantes da Procuradoria Geral da Justiça, dentro da Própria definição, oferecida pelo Regulamento da Secretaria de Estado da Justiça, no Decreto número 1533/76, já mencionado.

7 — A paridade constitucional, Excelência, adotada tão sabiamente pela Carta Magna, por certo, inspirou-se no princípio de que “não se pode e não se deve tratar desigualmente as igualdades” e, com sustento naquele primado, os signatários esperam — reiterando o que foi dito no preâmbulo — que o presente seja recebido como um apelo ao espírito justiceiro do Governador de todos os paranaenses.

ITA SPERATUR”.

Sobre este memorial, assim manifestou-se a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná: (Lê): “A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, em reunião ordinária de seu Conselho, realizada a 5 de agosto do corrente ano, tomou conhecimento do memorial que o quadro do Pessoal da Procuradoria Geral do Estado encaminhou a Vossa Excelência. Unanimemente, decidiu apoiar e encampar as justas e inadiáveis reivindicações contidas naquele documento, subscrito por mais de uma centena de seus filiados, nomes honrados e ilustres, aos quais a classe e o Governo do Estado do Paraná muito estão a dever por reais e inestimáveis serviços prestados.

Os advogados do Estado, Senhor Governador, enquanto não for elaborado o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado, através de Lei Complementar, de caráter prioritário, face o mandamento contido no artigo 26, parágrafo único, inciso V, da Constituição do Estado do Paraná, — continuarão marginalizados sobretudo no que concerne à retribuição que lhes dá o Estado, presentemente aviltante, amesquinhada, como foi, exatamente, pela inexistência de uma estrutura compatível com suas responsabilidades, no mesmo nível hierárquico da Procuradoria Geral da Justiça.

A paridade constitucional depende tão somente daquela lei complementar.

Na intenção de sensibilizar Vossa Excelência para um problema de magna importância, que envolve os altos interesses de seu Governo, aproveito-me do ensejo para apresentar-lhe Respeitosas Saudações. Está assinado: Francisco Brito de Lacerda, que é o Presidente”.

Também não faltou o apoio da Associação dos Magistrados do Paraná, manifestado nos seguintes termos:

(Lê): “Senhores Advogados:

Apraz-me acusar o recebimento de expediente subscrito por Vossas Senhorias, acompanhado de memorial dirigido ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, reivindicando melhor retribuição pelos reconhecidos serviços prestados à Administração Pública, como integrantes da Procuradoria Geral do Estado e solicitando, desta Associação, apoio que reputam valioso.

Na verdade, senhores advogados, a Associação dos Magistrados do Paraná, como os senhores Juizes em particular, tem sabido avaliar o empenho e dedicação de todos quantos militam na douta Procuradoria Geral do Estado, em prol da defesa dos interesses do Estado, principalmente, na esfera judicial.

Por outro lado, sensível aos problemas que afetam tão dignos profissionais, esta entidade não poderia deixar de testemunhar todo seu apreço e solidariedade, certa que o eminente Chefe do Poder Executivo haverá de propiciar solução adequada.

Bem porisso, senhores advogados, cumprindo resolução da Diretoria da Associação dos Magistrados do Paraná, transmito-lhes, e a todos que mourejam em tão importante órgão da Secretaria da Justiça, estas manifestações que, espero traduzam o pensamento de todos os senhores magistrados do Paraná.

Cordialmente. Está assinado pelo Dr. Luís Renato Pedroso, Presidente da referida Associação”.

Falta, agora, a manifestação desta Assembléia Legislativa e, para tanto, levo à consideração deste egrégio Plenário, solicitando a necessária aprovação, dois requerimentos com o seguinte teor: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer na forma regimental, o envio de ofício ao Excelentíssimo Governador do Estado solicitando o encaminhamento a esta Assembléia Legislativa, com urgência, do anteprojeto de lei complementar que dispõe sobre o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado, que lhe foi remetido, através de Memorial, pelos advogados e procuradores do mencionado órgão.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1976.”

O outro requerimento é o seguinte: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer na forma regimental, a inserção nos Anais da Assembléia Legislativa do Memorial subscrito pelos advogados e procuradores da Procuradoria Geral do Estado, bem como do anteprojeto de lei complementar a ele apenso, do Ofício número 133/76, da Associação dos Magistrados do Paraná, e do Ofício número 2580/AN/76, da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná, todos em anexo.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1976”.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – (Lúcio Machado). Quinze minutos do expediente são reservados à Liderança da Aliança Renovadora Nacional.

A Presidência pergunta ao Sr. Deputado Lázaro Dumont se pretende fazer uso da palavra.

O SR. LÁZARO DUMONT – Agradeço em nome da Liderança,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – (Lúcio Machado). Os quinze minutos seguintes pertencem à Liderança do Movimento Democrático Nacional e está com a palavra o Líder Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO – Sr. Presidente, Srs. Deputados. Encaminhamos à Mesa e à consideração do Plenário, o seguinte requerimento: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das suas atribuições regimentais e em nome da bancada do MDB nesta Casa, da qual exerce a Liderança, vem, respeitosamente, requerer que se consigne em Ata um VOTO DE SOLIDARIEDADE à S. Exa. Rvma. D. JOÃO ADRIANO HIPÓLITO, Bispo de Nova Iguaçu, no Estado do Rio, como também ao jornalista ROBERTO MARINHO, diretor do jornal “O GLOBO” e da Rede Globo de Televisão, que foram vítimas de atos terroristas praticados por grupos direitistas.

Com esse ato, estendemos nossa solidariedade à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, à Igreja Católica e à Imprensa Nacional, atingidas igualmente por aquela irracionalidade.

Pede que desse voto se dê conhecimento às pessoas acima referidas, bem como à CNBB.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1976”.

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

As informações ainda não são precisas. Não conhecemos ainda os detalhes desses atos terroristas que atingiram de forma brutal, irracional e violenta, tanto o Bispo D. João Adriano Hipólito, seqüestrado juntamente com seu sobrinho, depois abandonado em situação vexaminosa, pelos terroristas.

Ao mesmo tempo, a residência do jornalista Roberto Marinho, diretor do jornal “O GLOBO” e da “Rede GLOBO DE TELEVISÃO”, teria sido atingida por violenta bomba, colocada por uma entidade que se identificou como Associação Brasileira Anticomunista. Não foi a primeira vez que isto ocorreu no País, nos últimos tempos. Ainda, recentemente, era ABI, atingida; a Ordem dos Advogados do Brasil, esteve na iminência de sofrer o mesmo mal.

Parece-nos que é um movimento organizado de terror, direitista, que objetiva criar tumulto e manter ou endurecer a situação de excepcionalidade que vive este Brasil.

Creio mesmo, que são grupos acostumados a viver na escuridão que, quando atenvêem a claridade, se assustam e procuram criar situações que permitam desiderato prejudicial à vida política deste País. Os que assim agem, são inimigos do povo; são inimigos do MDB; são inimigos da ARENA e são inimigos do próprio Governo.

Até parece que pretendiam já diante da antevisão da claridade que se prenuncia, impedir ou procurar tumultuar a realização das eleições municipais deste ano.

Creio que não conseguirão, Sr. Presidente, não conseguirão, porque empenhados na defesa das eleições deste ano e nas eleições de 1978, para o Congresso Nacional e para os Governos dos Estados, estão não só o povo brasileiro que se sente motivado, interessado de participar da vida política e votar; mas estão empenhados, também, ambos os partidos e creio está empenhado, sobretudo, o Exmo. Sr. Presidente da República, como declarou, recentemente, em entrevista no Japão.

Portanto, não erro quando digo que esses que assim agem, são inimigos, não só do nosso Partido, não só do Partido adversário que, também, como Partido, quer participar das eleições. Não só o povo brasileiro que quer participar, mas o próprio Governo. E, nesta hora, nós, o MDB, creio que não faltará para que a palavra do Sr. Presidente da República, empenhada, seja cumprida, em favor das eleições municipais deste ano e em favor das eleições de 1978. Não faltará, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a solidariedade, a colaboração do Movimento Demo-

crático Brasileiro.

Creio que esses grupos receberão a punição que merecem. Queremos paz, queremos tranquilidade, queremos a prática democrática e não podemos nos silenciar quando elementos irracionais como demonstram ser, procurem impedir que este País encontre o caminho há tanto desejado e a tanto postergado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Lúcio Machado). Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 133/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 239/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de LONDRINA, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar ARTHUR BERNARDES, na sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 134/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 244/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de PORTO RICO, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Unidade Sanitária e Hospital, da sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 135/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 245/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de RANCHO ALEGRE, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar ROCHA POMBO e o Ginásio Estadual MANOEL BANDEIRA. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 136/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 251/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de TUNEIRAS DO OESTE, objetivando execução de reparos em prédios que especifica, da sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 137/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 254/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de AMAPORÁ, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o POSTO DE SAÚDE e o GRUPO ESCOLAR OLAVO BILAC. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 138/75, de autoria do Deputado Osvaldo Macedo, que proíbe exigência de atestado ideológico mediante certidão da Delegacia de Ordem Política e Social, em qualquer repartição indireta ou direta do Estado. Pa-

recer favorável da CCJ., por maioria e CONTRÁRIO da C.P., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do projeto de resolução número 138/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 256/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de APUCARANA, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 139/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 262/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de CAMBARÁ, objetivando execução de reparos no prédio da Escola de Aplicação ROSA SAPORSKI, da sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 140/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 263/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de CIDADE GAÚCHA, objetivando execução de reparos nos prédios de UNIDADES ESCOLARES da sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 141/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 265/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de CONTENDA, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o POSTO DE PUERICULTURA e o GRUPO ESCOLAR JOÃO FRANCO. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 142/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 271/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de JACAREZINHO, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino daquela comuna. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 144/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 277/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de MARILUZ, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino daquela comuna. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 144/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado

em 26 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Mariluz, objetivando a execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar José Alfredo de Almeida e o Ginásio Estadual Dom Bosco, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente
DENI SCHWARTZ — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 277/76

A presente Proposição número 277/76, oriunda da Mensagem Governamental número 68/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Mariluz, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente
DENI SCHWARTZ — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 145/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 282/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de OURIZONA, objetivando execução de reparos no prédio do GRUPO ESCOLAR ROCHA POMBO, do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 145/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 16 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de OURIZONA, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Rocha Pombo, do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente
EZEQUIAS LOSSO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 282/76

A presente Proposição número 282/76, oriunda da Mensagem Governamental número 68/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de OURIZONA, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele Municí-

pio.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente
EZEQUIAS LOSSO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 146/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 284/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de PINHALÃO, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o POSTO DE PUERICULTURA, Ginásio Estadual CASTRO ALVES e o GRUPO ESCOLAR. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 146/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Pinhalão, objetivando a execução de reparos no prédio onde funcionam o Posto de Puericultura, o Ginásio Estadual Castro Alves e o Grupo Escolar, na sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente
DENI SCHWARTZ — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 284/76

A presente Proposição número 282/76, oriunda da Mensagem Governamental número 68/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Pinhalão, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO
Presidente
DENI SCHWARTZ
Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 147/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 228/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PRIMEIRO DE MAIO, objetivando execução de reparos no prédio do GRUPO ESCOLAR "MIGUEL DEWES", da sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 147/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 10 de dezembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o Município de Primeiro de Maio, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar "Miguel Dewes", na sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Dácio Leonel, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO 288/76

Acompanhado da Mensagem Governamental 68/76, de 13 de julho de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado em 10 de dezembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Primeiro de Maio, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar "Miguel Dewes", na sede do referido Município.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Dácio Leonel, Relator

1.^a COMISSÃO — do Projeto de Resolução 148/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 294/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SÃO JOÃO DO CAIUÁ, objetivando reparos no prédio do GINÁSIO ESTADUAL VISCONDE DE TAUNAY, da sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 148/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de São João do Caiuá, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Visconde de Taunay, na sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Deni Schwartz, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO 294/76

A presente Proposição 294/76, oriunda da Mensagem Governamental número 68/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de São João do Caiuá, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado, naquele Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de Convênios é do Chefe do Poder Executivo ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Deni Schwartz, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Lúcio Machado) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Pastor Nemésio Xavier França, ocorrido nesta Capital. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Dr. Laertes Justino de Oliveira, médico efetivo do IPE, pela conquista do "Prêmio Nacional de Ginecologia". — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, lido da tribuna, solicitando a inserção nos Anais da Casa do Memorial subscrito pelos advogados e procuradores da Procuradoria Geral do Estado, bem como do anteprojeto de lei complementar, do ofício 133/76, da Associação dos Magistrados do Paraná, e do ofício 2.580 AN/76, da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Paraná — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo seja encaminhado a esta Casa, com urgência, o anteprojeto de lei complementar que dispõe sobre o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado, que lhe foi remetido, através de Memorial, pelos advogados e procuradores do mencionado órgão. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, lido da tribuna, solicitando voto de solidariedade à S. Exa. Revma. D. João Adriano Hipólito, Bispo de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, como também ao jornalista Roberto Mrinho, diretor do jornal "O Globo", e da rede Globo de Televisão, que foram vítimas de atos terroristas praticados por alguns direitistas. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

DECRETOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 585/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7642, de 30 de agosto de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a AYRTON ALVES ARANHA, matrícula número 413, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de

Técnico de Administração, do Grupo Ocupacional de Técnica Administrativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco (05) por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 10 de setembro de 1976, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze (15) por cento, de acordo com o Artigo 170, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de setembro de 1976.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 586/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7826, de 02 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

designar, UMBERTO MORO REDESCHI, matrícula número 473, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe de Divisão de Compras, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, sem prejuízo de suas atuais funções, enquanto perdurar o afastamento do titular, no período compreendido entre 04 de outubro a 02 de novembro de 1976.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de setembro de 1976.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 587/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6891, de 04 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

I – conceder, nos termos do Art. 171, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a SEBASTIÃO DE CRISTO, matrícula número 113, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco (05) por cento sobre seus vencimentos, a partir de 27 de dezembro de 1975, data em que completou trinta e três (33) anos, de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte (20) por cento; e,

II – conceder, com fundamento no mesmo dispositivo legal, o adicional de mais cinco (05) por cento sobre seus vencimentos, a partir de 27 de agosto de 1976, data em que completou trinta e quatro (34) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco (25) por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de setembro de 1976

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 588/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7313, de 18 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

I – retificar o Decreto Legislativo número 89/59, de 09 de abril de 1959, para declarar que o tempo contado pelo

mesmo, para todos os efeitos legais, compreendido entre 13 de novembro de 1953 e 06 de junho de 1954, em favor de IRACILDA DA SILVA SERTORIO, matrícula número 247, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, é de seis (06) meses e vinte e três (23) dias, e não como consta naquele ato; e,

II – conceder o acréscimo de mais cinco (05) por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 15 de fevereiro de 1976, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco (25) por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de setembro de 1976.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 589/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6907, de 04 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

I – mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de JUDETH SCHOLTZ, matrícula número 463, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, de nível PL "27", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro de licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo decênio, compreendido entre 15 de abril de 1964 e 15 de dezembro de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio, e das férias relativas aos anos de 1970, contadas em dobro; e

II – conceder o acréscimo de mais cinco (05) por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 15 de abril de 1976, data em que, em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio, completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco (25) por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de setembro de 1976.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 590/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7924, de 10 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

colocar á disposição da JUSTIÇA ELEITORAL, a partir de 16 de novembro de 1976, o funcionário GABRIEL QUEZADA FILHO, matrícula número 067, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de setembro de 1976

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 591/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8049, de 15 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

designar WILIANS ROLANDO ROMANZINI, matrícula número 354, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo de Diretor do Departamento de Finanças, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, enquanto perdurar o afastamento do titular, no período compreendido entre 08 a 17 de outubro de 1976.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de setembro de 1976.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 592/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7922, de 10 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

revogar o Decreto Legislativo número 156/75, de 19 de março de 1975, na parte que se refere à designação de MARIA DE LOURDES BIZETTO REQUE, matrícula número 335, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo de Auxiliar de Gabinete da Liderança da ARENA, a partir de 10 de setembro de 1976.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de setembro de 1976.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2.º Secretário